CEARÁ Enel é multada em R$ 16 milhões por reter parte das doações de clientes a instituições filantrópicas P.9

Diário do Nordeste

1º de julho de 2025 Ano 44/Nº15504
TERÇA-FEIRA
Fundador: Edson Queiroz
www.diáriodonordeste.com.br

MPCE quer demolir imóveis de facções no Ceará

A demolição de mansões de luxo de cearenses, apontados como líderes da facção carioca Comando Vermelho (CV), na Rocinha, Rio de Janeiro, pode ser replicada em imóveis de criminosos no Ceará, segundo o promotor de Justiça Adriano Saraiva P.2 e 3

Transnordestina deve ganhar pelo menos cinco portos secos; um deles será no Pecém P.18



FOTO: KID JR

Caixa oferece até 90% de desconto em dívidas renegociadas P. 20

Eufrázio

DESTAQUE

IMÓVEIS DE FACÇÕES

FOTO: DIVULGAÇÃO



“

Nós conseguimos fazer o procedimento de demolição de maneira administrativa, por isso que, depois da operação do dia 30 de maio, nós conseguimos, antes de um mês, fazer o processo de demolição, com base no relatório da operação e em um procedimento da Prefeitura que identifica imóveis irregulares”

Nesse modelo, a gente vai também trabalhar e replicar aqui no estado do Ceará. É importante o Estado mostrar força. A gente vai tentar replicar esse mesmo modelo, de maneira célere, aqui no Estado do Ceará e tentar demolir outros imóveis lá no Rio”

Adriano Saraiva
Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do MPCE

Messias Borges e Emanoela Campelo de Melo

MP propõe demolição

A demolição de mansões de luxo de cearenses, apontados como líderes da facção carioca Comando Vermelho (CV), na Rocinha, Rio de Janeiro, pode ser replicada em imóveis de criminosos no Ceará, revelou o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Ceará (MPCE), o promotor de Justiça Adriano Saraiva, em coletiva de imprensa, nessa segunda-feira (30). Saraiva explicou que as autoridades cearenses conseguiram autorização para demolir três imóveis de foragidos da Justiça por via administrativa, junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. A demolição ocorreu na última quinta-feira (26).

Nós conseguimos fazer o procedimento de demolição de maneira administrativa, por isso que, depois da operação do dia 30 de maio, nós conseguimos, antes de um mês, fazer o processo de demolição, com base no relatório da operação e em um procedimento da Prefeitura que identifica imóveis irregulares”, detalhou o promotor de Justiça.

Seis milhões de reais era o valor estimado para os três imóveis demolidos na Rocinha. Os prédios tinham de 2 a 6 andares, com alto padrão de acabamento, incluindo piscina e área gourmet.

O promotor Adriano Saraiva acrescentou que, “nesse

DESTAQUE

MPCE quer demolir imóveis de facções no Ceará como feito com mansões de cearenses na Rocinha, no RJio de Janeiro

Delegado da Polícia Civil do Ceará descartou o vazamento de informações sobre a operação e explicou a fuga dos criminosos



Três mansões de foragidos da Justiça do Ceará foram demolidas na Rocinha, com autorização da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

modelo, a gente vai também trabalhar e replicar aqui no estado do Ceará. É importante o Estado mostrar força. A gente vai tentar replicar esse mesmo modelo, de maneira célere, aqui no Estado do Ceará e tentar demolir outros imóveis lá no Rio".

A operação na Rocinha, deflagrada pelas polícias do Ceará e do Rio de Janeiro nas primeiras horas de 30 de maio deste ano, visava cumprir 29 mandados de prisão contra fugitivos cearenses que estariam escondidos na Rocinha.

Entretanto, apenas um suspeito foi capturado. Centenas de criminosos fugiram por uma região de mata. Poucos dias depois, ao ser perguntado sobre vazamento de informações na operação, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), disse que, "se houve, com certeza foi do pessoal da polícia de lá".

O diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior Norte (DPI-Norte), da Polícia Civil do Ceará (PCCE), delegado Marcos Aurélio, descartou qualquer vazamento de informações sobre a operação, na coletiva de imprensa concedida nesta segunda (30).

Não houve vazamento nenhum, zero. Foi colocado o drone cedo, e estava tudo tranquilo lá. Ele (criminoso) estava dentro de casa, estava dormindo. Prova que não houve vazamento."

Aurélio detalhou que, quando o drone subiu, "só tinha uns dez elementos andando com fuzil, uma moto, o local estava um silêncio. Quando o Bope (Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro) encostou lá embaixo (do morro), para subir, foi que eles se mobilizaram, fizeram um comboio para sair e montaram aquilo ali".

A fuga dos criminosos aconteceu por volta de 4h50 da madrugada, logo após o Bope chegar à Rocinha, segundo o delegado. "Assim que chegam lá, que começam a subir, soltam fogos, avisam, eles tomam conhecimento da presença que a polícia está subindo. Então, zero possibilidade de ter tido vazamento", reforçou.

Segundo o diretor do DPI-Norte, são "40 minutos de subida, e subida ruim, com dificuldade, inclusive com barricada, com confronto, até chegar àquele local" - referindo-se à localização das mansões dos criminosos cearenses.

Operação na Rocinha

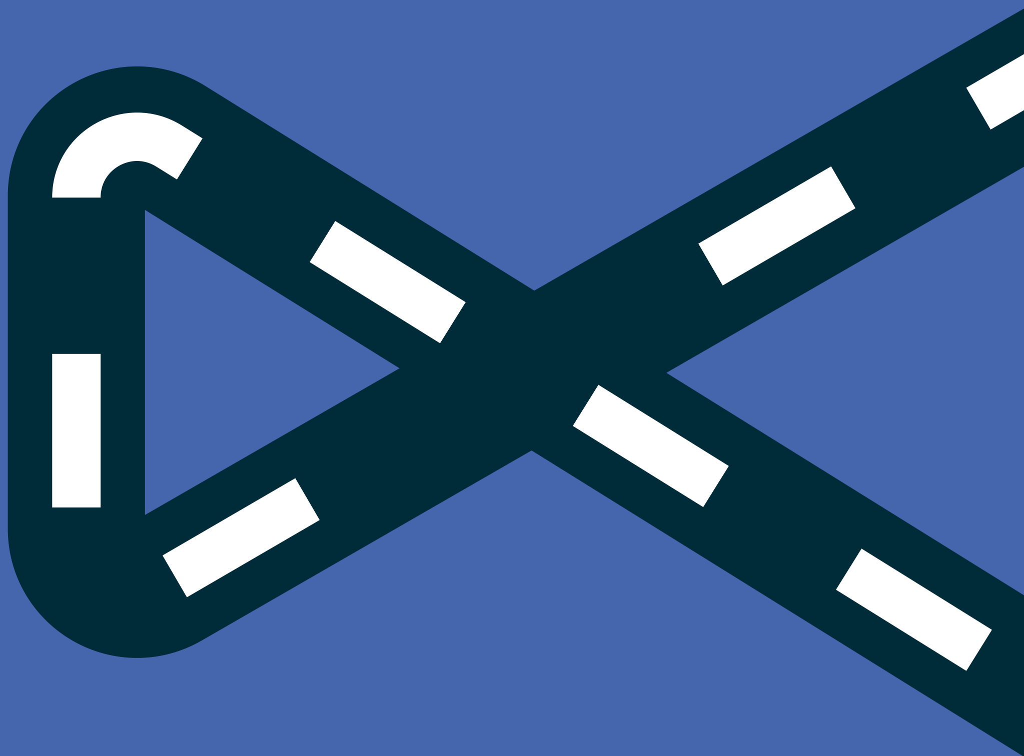
No dia 31 de maio passado, as polícias do Ceará e do Rio de Janeiro realizaram uma operação na comunidade da Rocinha. O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, publicou, nas redes sociais, que "uma operação integrada entre as Forças de Segurança do Rio e do Ceará busca lideranças criminosas do estado nordestino que estão escondidas na Rocinha. Desde as primeiras horas da manhã, monitoro a ação diretamente do Quartel da PM".

"Informações dos setores de inteligência de ambos os estados identificaram que lideranças criminosas do Ceará estariam comandando da Rocinha o crime organizado do estado nordestino. As lideranças estão sendo alvo de uma resposta rápida e coordenada e mandados de prisão estão sendo cumpridos neste momento", frisou Cláudio Castro, governador do Rio de Janeiro. Castro afirmou que não irá permitir "que o Rio de Janeiro seja usado como refúgio para criminosos". O Diário do Nordeste noticia que chefes do crime organizado que atuam no Ceará têm utilizado o Rio de Janeiro como esconderijo desde, pelo menos, março de 2024.

Em seguida, o governador publicou os primeiros resultados da operação: a apreensão de quatro armas longas (as quais Castro classificou como "armas de guerra"), duas pistolas, um revólver e um radiocomunicador. O Governo do Rio de Janeiro acrescentou que uma quantidade de droga que ainda será contabilizada e um fuzil de airsoft (que dispara munição não letal) também foram apreendidos.

Na ocasião, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE) confirmou apenas que, "a partir de uma investigação da Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE), relacionada a suspeitos cearenses que integram um grupo criminoso do Rio de Janeiro e que estão foragidos naquele estado, foi desencadeada uma operação pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), neste sábado

TRABALHO
TÁ NA PISTA





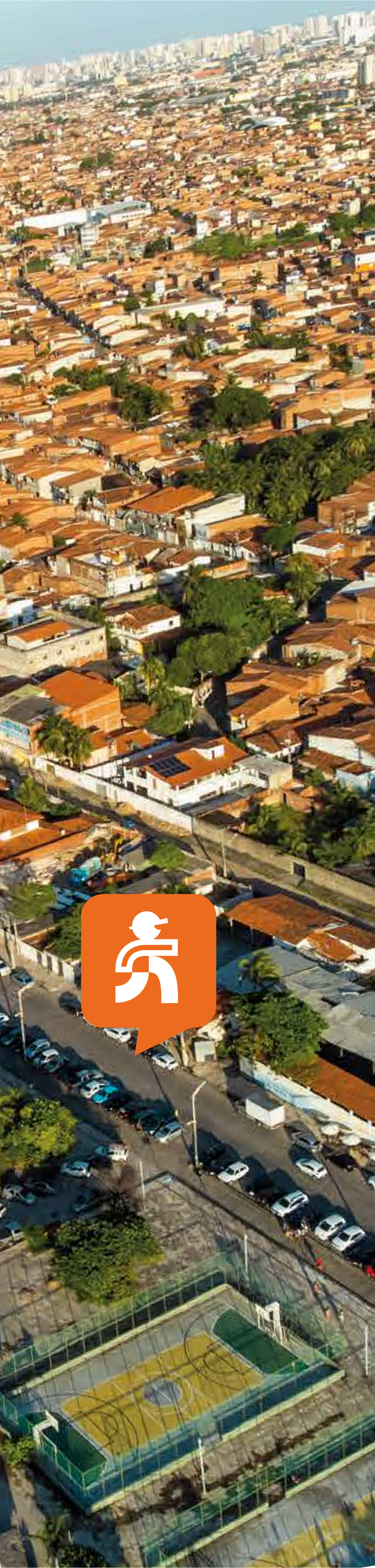
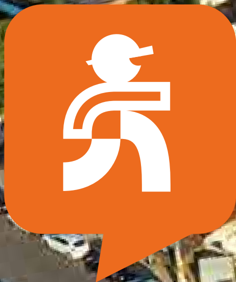
O TRABALHO
TÁ NA PISTA!



A Prefeitura de Fortaleza está trabalhando na recuperação das vias de toda a cidade, melhorando a vida do cidadão.



FORTALEZA
PREFEITURA

Com o Trabalho Tá na Pista,
a cidade ganha um novo caminho.



Eufrázio



CEARÁ



Comunidade de Iparana, em Caucaia, vivencia troca de acusações desde 2018

Nícolas Paulino nicolas.paulino@svm.com.br

Briga pelo comando

Há sete anos, um imbróglio religioso e judicial vem afetando uma igreja evangélica com cerca de 2.200 membros no bairro Iparana, em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. Dois pastores disputam a liderança da comunidade em uma contenda que se prolonga na Justiça Estadual e já envolveu até o acionamento da Polícia Militar.

Na última segunda-feira (23), policiais militares foram chamados para conter uma confusão em frente à Assembleia de Deus Templo Central Independente (TCI) de Iparana. Segundo o pastor Gleidailson Azevedo, que preside a congregação, um grupo ligado ao antigo pastor, Luiz Carlos Nascimento Barros, tentou arrombar e invadir o local.

No entanto, o pastor Luiz Carlos alega ser vítima de uma manobra permanente para afastá-lo das atividades. Desde 2020, há uma sentença judicial autorizando seu retorno como presidente do templo, mas ele estaria sendo impedido de adentrar no local.

Já Gleidailson rebate: aponta que Luiz Carlos foi expulso pela própria comunidade desde 2017 porque foi flagrado em "falta gravíssima", envolvendo adultério e uso de álcool e drogas, em uma casa de praia. Assim, seria rejeitado pelos membros até hoje.

O impasse entre os dois grupos segue sem resolução judicial e culminou numa briga física em frente à igreja, com um dos pastores ligado ao TCI atingido por um soco no rosto.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) informou que a Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE) investiga as circunstâncias da ocorrência de lesão corporal. O fato foi noticiado por meio de Boletins de Ocorrências (BOs) e está a cargo do 31º Distrito Policial.

Nas redes sociais, a direção da TCI Iparana comunicou aos fiéis que "algumas pessoas têm tentado, de forma indevida, tomar à força os nossos templos, sem qualquer autorização da própria igreja. Além disso, essas mesmas pessoas têm espalhado calúnias e difamações, tentando manchar o testemunho do evangelho de Cristo".

Por outro lado, a defesa do pastor Luiz Carlos nega qualquer tentativa de invasão ou violência do religioso ou seguidores que o acompanham, ressaltando que "o que houve foi o exercício legítimo de um direito reconhecido pela Justiça, cujo cumprimento deveria ocorrer de maneira pacífica, respeitosa e ordeira, como convém a pessoas de fé e temor a Deus".

Para entender a intriga, o Diário do Nordeste teve acesso ao processo judicial, com mais de 800 páginas, e conversou com os advogados envolvidos no caso.

A disputa pelo comando do templo começou em 2017. À época, ele ainda era denominado de Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Iparana (IEADI), vinculada à Conven-

Pastores brigam por comando de Assembleia de Deus há 7 anos

e processo pode parar no STJ. Com acusações de documentos fraudados e tentativas de invasão, processo pode chegar ao STJ



FOTO: THIAGO GADELHA

ção das Assembleias de Deus do Estado do Ceará (Conadec). Nos autos do processo, a organização religiosa declarou que Luiz Carlos ocupou o cargo de pastor presidente dessa Igreja de 21 de dezembro de 2009 a 24 de agosto de 2017. Nessa data, foi afastado "temporariamente" do mandato pela própria Convenção.

Para isso, alegou-se que ele estava enfrentando dificuldades na administração da Igreja, com alguns liderados revoltados após a "falta gravíssima". Contudo, o pastor considerou a decisão arbitrária e ilegal, sem qualquer procedimento administrativo ou direito à defesa.

Enquanto ele estava afastado, Gleidailson foi nomeado interventor temporário. Porém, meses depois, foi empossado presidente do templo em 6 de fevereiro de 2018, também pela Conadec.

Em resposta, no fim daquele ano, Luiz Carlos decidiu ingressar na Justiça contra a Convenção para requerer seu direito de retorno, porque o afastamento estava "prejudicando sua sobrevivência e de sua família". Em resposta, a defesa da Conadec declarou que, por mais de um ano, Luiz Carlos nunca "demonstrou insatisfação, nem com o presidente, nem com a Diretoria", e que "o mesmo já se encontrava rejeitado pela maioria dos membros e congregados da igreja".

Ainda segundo a entidade, todas as decisões tomadas sobre o pastor foram realizadas "em concordância" com Luiz Carlos, "sempre buscando o consenso".

O processo se desenrolou até 15 de setembro de 2020, data em que houve o cumprimento da liminar que autorizou a recondução de Luiz Carlos ao cargo de presidente da IEADI, porque a sentença reconheceu a ilegalidade de seu afastamento. A Conadec também reconheceu essa data como o fim do mandato de Gleidailson.

No entanto, somente após a sentença pela reintegração de Luiz Carlos, a IEADI, enquanto igreja autônoma e dotada de normas internas, foi aceita como parte prejudicada no processo. Assim, pode se manifestar e interpor recurso de apelação contra a liminar.

Vale lembrar que, ao contrário da Igreja Católica, a Assembleia de Deus não tem uma relação de subordinação como a que existe entre igrejas paroquiais e uma Arquidiocese. Elas são ligadas por associação e detêm autonomia e estatutos próprios.

"A Igreja tem estatuto próprio e pode receber e promover ação porque tem diretoria e patrimônio", explica o advogado Manassés Gomes, que defende Gleidailson. "A Conadec não é proprietária, é apenas uma associação fraternal, e não tem poderes para representar a Igreja".

Porém, alegando que a Conadec apoiou o retorno de Luiz Carlos, Gleidailson solicitou desligamento e ajudou a fundar outra associação – a Convenção de Ministros Independentes das Assembleias de Deus do Ceará (Comiadeceb), hoje presente em 10 cidades – e mudou o nome da Igreja para Templo Central Independente (TCI) de Iparana.

Como criar outra convenção fere o estatuto da Conadec, a entidade confirmou que, por decisão de um processo administrativo disciplinar, Gleidailson Azevedo foi excluído das listagens e "não integra o quadro de ministros desta organização religiosa". "A Conadec não é uma associação de igreja, é de pastores", defende-se o pastor. "Nossa igreja continua autônoma, tem sua diretoria própria e estamos nos defendendo".

Como última movimentação processual, na última quarta (25), a IEADI protocolou recurso especial para ser analisado pela vice-presidência do TJCE

Por outro lado, o advogado Márcio Ferreira, que representa Luiz Carlos, ressalta que Gleidailson, depois de exonerado da Convenção, "se apropriou indevidamente de todo o patrimônio da igreja" e criou "um atalho para permanecer no poder". "Mas uma hora ele vai ter que entregar", pondera.

O Diário do Nordeste buscou o posicionamento atual da Conadec sobre o caso, mas a assessoria jurídica da entidade não enviou retorno até a publicação desta matéria. O espaço segue aberto para manifestação. No processo, ainda houve uma tentativa da defesa de Gleidailson de apontar suspeição (capacidade de imparcialidade no julgamento) do juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Francisco Biserril Azevedo de Queiroz, o que interrompeu o processo principal até a resolução da questão.

Segundo a defesa da Igreja, o pastor Luiz Carlos vinha afirmando nos bastidores que sairia uma decisão judicial a seu favor porque era amigo do magistrado, responsável por avaliar o mérito.

Reconhecimento

Porém, o juiz se manifestou nos autos declarando que não conhecia Luiz Carlos. Em análise na segunda instância por desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), essa hipótese foi declarada improcedente e, depois, descartada. Portanto, houve o reconhecimento da inexistência de suspeição do magistrado, e ele manteve a competência para julgar o caso. A defesa do pastor Luiz Carlos argumenta que a decisão do juiz, assinada em 31 de julho de 2020, foi confirmada em todas as instâncias judiciais por meio de apelação, embargos e agravo interno. "A decisão judicial está em pleno vigor e deve ser cumprida", afirma.

A batalha nos autos do processo continua até o momento, incluindo trocas de acusações de forja de documentos e manobras para conseguir a extinção da ação. Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

CEARÁ



FOTO: HELENE SANTOS/ARQUIVO DN

Pessoas físicas e jurídicas proprietárias do veículo autor da infração têm direito a solicitar o desconto no valor da penalidade

Veja como conseguir desconto de até 40% em multas de trânsito e quem tem direito ao benefício. Por meio de aplicativo, quem reconhecer que cometeu a infração pode reduzir valor da penalidade

ceara@svm.com.br

Desconto de até 40%

Os valores de multas de trânsito, a depender da gravidade, podem pesar no bolso do condutor. Por outro lado, para facilitar o cumprimento da obrigação, os infratores podem conseguir desconto de até 40% no pagamento do boleto. Para ter acesso ao abatimento nas multas por infração de trânsito, o primeiro requisito é estar cadastrado no Sistema de Notificação Eletrônica (SNE). A adesão é gratuita e pode ser feita por um dos canais: site da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran); aplicativo da CNH Digital para Android ou iOS. A Senatran destaca ainda que, ao se cadastrar no SNE, o proprietário do veículo passa a ser comunicado online sobre as autuações e penalidades de trânsito.

Pelo sistema e pelo app da CNH Digital é possível, além de pagar multa com desconto, receber notificações de autuações, comunicados e documentos em formato digital.

A habilitação virtual, aliás, substitui a física, podendo ser mostrada em abordagens como blitze, por exemplo.

Pessoas físicas e jurídicas proprietárias do veículo autor da infração têm direito a solicitar o desconto no valor da penalidade. Usuários sem CNH podem usar o Renavam (número do Registro Nacional de Veículo) para se cadastrar no SNE e solicitar o desconto.

O abatimento de 40%, quase metade do valor da multa, é concedido de acordo com critérios do Órgão Autuador, e o condutor precisa reconhecer a infração, sem apresentar defesa nem recurso. Além disso, deve pedir o desconto dentro da data de vencimento da multa.

Pelo sistema e pelo app da CNH Digital é possível, além de pagar multa com desconto, receber notificações de autuações

Caso o condutor não reconheça a multa e entre com recurso, ele ainda pode conseguir um desconto de 20%, pagando a penalidade pelo aplicativo – desde que faça isso antes de o boleto vencer.

Algumas infrações são mais cometidas entre condutores cearenses. O Núcleo de Desenvolvimento Institucional e Estatística do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-CE), elaborou o ranking das mais frequentes em rodovias, de janeiro a abril de 2025: Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%: 199.024 infrações; multa por não identificação do condutor infrator imposta à pessoa jurídica: 136.900 infrações; deixar de efetuar registro do veículo em 30 dias, quando for transferida a propriedade: 38.929 infrações; transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%: 35.746 infrações; conduzir o veículo registrado que não esteja devidamente licenciado: 24.973 infrações.

Enel é multada em R$ 16 milhões por reter parte das doações de clientes a instituições filantrópicas. Concessionária de energia elétrica tem ficado com um percentual fixo de 10% do valor dos repasses

ceara@svm.com.br

Multa milionária



Clientes enfrentam ainda problema para cancelar doações por falta de alternativas da Enel

FOTO: THIAGO GADELHA/SVM

A Enel no Ceará foi multada em R$ 16,7 milhões por reter parte das doações feitas por clientes para instituições filantrópicas. O Ministério Público do Ceará (MPCE), por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Decon), divulgou a penalização nessa segunda-feira (30).

Conforme o Decon, a concessionária de energia elétrica tem ficado com um percentual fixo de 10% do valor descontado dos clientes que autorizam a doação a instituições filantrópicas por meio da conta de luz sem informá-los de tal prática.

A Enel foi notificada na última sexta-feira (27). A distribuidora de energia tem dez dias úteis para apresentar recurso junto ao órgão.

A multa foi aplicada após o Decon ter recebido manifestação do Ministério Público Federal sobre a prática irregular, que tem lesado diversos consumidores cearenses.

A Enel ainda estaria cobrando outra taxa de R$ 13,95 sobre os valores arrecadados por meio das doações e não estaria oferecendo alternativas quando o cancelamento das cobranças era solicitado — transferindo ao consumidor a responsabilidade de buscar as instituições que recebiam os recursos para contestar as cobranças, que, em muitos casos, não eram autorizadas pelos clientes. "Após análise minuciosa, é possível concluir que a conduta da concessionária em cobrar doações nas faturas de energia elétrica que, por muitas vezes, não são autorizados pelos consumidores, gera uma série de problemáticas que colidem frontalmente com os princípios e direitos básicos previstos no Código de Defesa do Consumidor", destacou o Decon na decisão administrativa.

A Enel, por meio de nota, afirma que "é de responsabilidade das instituições filantrópicas a captação dos doadores, bem como a obtenção da autorização da cobrança junto ao cliente. A companhia esclarece ainda que a contribuição pode ser cancelada pelo consumidor a qualquer momento mediante solicitação nos canais de atendimento da distribuidora ou da instituição".

A distribuidora de energia tem dez dias úteis para apresentar recurso junto ao órgão

Confira nota de resposta da Enel na íntegra:

"A Enel Ceará esclarece que, de acordo com a Resolução Normativa da Aneel n. 1000/2021, realiza a arrecadação da contribuição ou doação em sua fatura de energia elétrica, mediante prévia autorização de débito concedido pelos clientes doadores responsáveis pela unidade consumidora e/ou por seu cônjuge cadastrado na distribuidora. A companhia informa que é de responsabilidade das instituições filantrópicas a captação dos doadores, bem como a obtenção da autorização da cobrança junto ao cliente. A companhia esclarece ainda que a contribuição pode ser cancelada pelo consumidor a qualquer momento mediante solicitação nos canais de atendimento da distribuidora ou da instituição.

Sobre as instituições contempladas, é importante ressaltar que participam instituições públicas ou privadas reconhecidas por sua atuação na sociedade e que cumpram alguns requisitos, como ter inscrição no cadastro municipal de assistência social (art. 9º Lei 8742/93), ter certidão junto ao Conselho Nacional de Assistência Social ou ao Ministério da Justiça, dentre outros. Cabe reforçar também que todas as 32 instituições possuem obrigações para continuar com a arrecadação, como o compartilhamento de um relatório de atividades desenvolvidas e pessoas beneficiadas a cada três meses.

A empresa ressalta que o valor arrecadado é repassado às instituições e que, conforme estabelece a regulamentação, a distribuidora retém 10% do valor arrecadado, dos quais são destinados à modicidade tarifária e custos da operação. Ainda sobre as arrecadações, a Enel ressalta que, no último mês, realizou uma ampla auditoria com todos os parceiros cadastrados e foram corrigidas algumas irregularidades identificadas. Nos casos em que não foi identificada a autorização dos clientes, foram feitos os devidos cancelamentos das cobranças futuras e os devidos ressarcimentos."

Sobre a notificação enviada pelo Ministério Público, a companhia informa que vai responder dentro do prazo determinado.

Diário

PONTO **PODER**

Baú da Política: Ciro Gomes foi eleito prefeito de Fortaleza sem o próprio voto nas eleições de 1988

Então deputado estadual, Ciro Gomes disputou e venceu o pleito para prefeito da Capital, mas o título de eleitor era de Sobral, seu berço político

Igor Cavalcante igor.cavalcante@svm.com.br

Eleito sem o próprio voto

Eleito prefeito de Fortaleza em 15 de novembro de 1988, o então deputado estadual Ciro Gomes (à época, PMDB) recebeu 179.274 votos nas urnas. Nessa multidão de eleitores, no entanto, não está o próprio Ciro. Apesar de ter concorrido — e vencido — na Capital, o primogênito dos irmãos Ferreira Gomes era eleitor de Sobral, seu berço político. Naquele pleito, inclusive, seu irmão, Cid Gomes, estreou na política — com uma derrota — como candidato a vice-prefeito dos sobralenses.

O Baú da Política voltou no tempo para resgatar a história do imbróglio jurídico que permitiu a Ciro Gomes ser eleitor de um município e ser eleito prefeito de outro. O episódio, detalhadamente registrado em reportagens da época do Diário do Nordeste, redefiniu a carreira do então deputado estadual, que conseguiu ser alçado — com a benção do então governador Tasso Jereissati — ao cargo no Executivo e se consolidou na política, virando governador do Ceará, ministro e disputando a Presidência da República.

As eleições de 1988 ocorreram enquanto o Brasil se reestruturava após a ditadura militar. Em Brasília, a Assembleia Constituinte estava a pleno vapor redigindo a nova Constituição Federal. No Ceará, Tasso surfava na boa avaliação de seu mandato e liderava o processo de "mudancismo" no Estado, prometendo dar um fim ao clientelismo. Em Fortaleza, Maria Luíza Fontenele, primeira mulher a ser eleita prefeita de uma capital, enfrentava crises partidárias e administrativas, ficando sem apoio até de correligionários.

Em meio a essa conjuntura, Ciro Gomes, aos 30 anos, ganhou destaque rapidamente por seu desempenho em debates. Filho do ex-prefeito de





FOTO: LOUISE DUTRA (ILUSTRAÇÃO)

PONTO PODER

Sobral, José Euclides Ferreira Gomes Júnior, ele começou a carreira política já como deputado estadual no Ceará, cargo que exerceu durante dois mandatos. Em 1988, o parlamentar era líder do Governo Tasso na Assembleia Legislativa.

O deputado estadual agradou o então governador, que resolveu lançá-lo como seu candidato à Prefeitura de Fortaleza. A decisão, no entanto, só foi tomada no início de 1988, o que inviabilizava a candidatura. Ciro tinha domicílio eleitoral em Sobral e teria que transferir para a Capital se quisesse concorrer, mas a Legislação Eleitoral vigente na época (pré-Constituição de 1988) exigia um prazo mínimo de um ano após a transferência para autorizar a candidatura.

A eleição de 1988 estava marcada para 15 de novembro, portanto, o político não poderia sequer concorrer. Contudo, os peemedebistas tinham uma alternativa. Eles contavam que a Constituição de 1988 passaria a vigorar antes do pleito eleitoral e nela já haveria a sinalização de que esse prazo mínimo de transferência do domicílio eleitoral passaria a ser de 120 dias.

Conforme relatou uma edição do Diário do Nordeste de 12 de julho de 1988 — a cinco dias da data limite para transferência —, Ciro respondia com ironia sobre seu domicílio eleitoral. "Já estou em Itapajé", brincava, fazendo referência ao município que está entre Sobral e Fortaleza. Para aumentar a pressão, em Sobral havia uma dificuldade em costurar a chapa, com aliados pressionando para que ele fosse o candidato.

Os caciques do PMDB começaram a trabalhar sobre duas estratégias. A primeira era o lançamento da candidatura de uma pessoa disposta a renunciar logo depois de promulgada a Constituição, garantindo a indicação do nome de Ciro pela direção partidária, como estava previsto na legislação. O "plano B", no entanto, foi o que acabou sendo colocado em prática e viabilizou a candidatura, que tinha como vice-prefeito Juraci Magalhães.

"A segunda opção é a de apresentar o nome de Ciro Gomes, mesmo sabendo da impugnação que sofrerá pela Justiça Eleitoral. O pedido de registro será feito no último dia do prazo: 17 de agosto. Só no início de setembro, até o dia 6, o juiz eleitoral deverá negar o registro, com base na Lei que exige o domicílio eleitoral de um ano. Desta decisão do juiz eleitoral, a direção do partido recorrerá ao Tribunal Regional Eleitoral. Se até a decisão do Tribunal Regional Eleitoral não houver sido promulgada a Constituição, ainda o PMDB seguiria recorrendo ao Tribunal Superior Eleitoral".

A situação de Ciro era mais complexa. Além do imbróglio jurídico, da corrida contra o relógio e das incertezas sobre as novas regras constitucionais, seu pedido de transferência de título eleitoral de Sobral para Fortaleza foi deferido em 18 de maio — quase oito meses antes da eleição. No entanto, segundo os advogados do deputado, o processo foi incluído por engano nas solicitações de transferências baixadas "em diligência" (em revisão) e ele não recebeu o documento, o que meses depois iria impedi-lo de votar em Fortaleza no dia 15 de novembro.

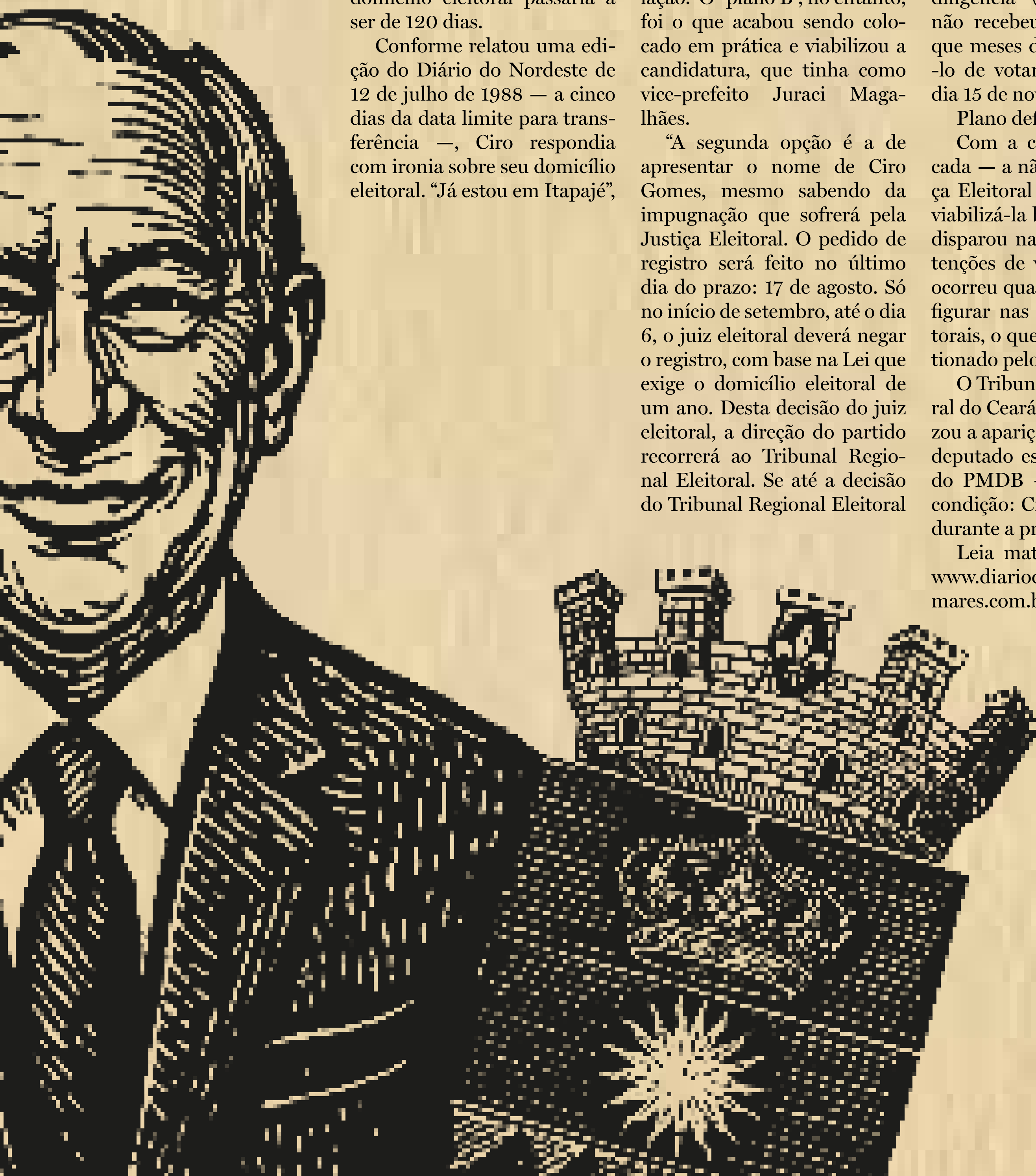
Plano definido

Com a candidatura pacificada — a não ser para a Justiça Eleitoral — e o plano para viabilizá-la bem definido, Ciro disparou nas pesquisas de intenções de voto. A aceleração ocorreu quando ele começou a figurar nas propagandas eleitorais, o que também foi questionado pelos adversários.

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) autorizou a aparição — já que ele era deputado estadual e dirigente do PMDB —, mas com uma condição: Ciro não podia falar durante a propaganda.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

A eleição de 1988 estava marcada para 15 de novembro, portanto, o político não poderia sequer concorrer



Eufrázio

PONTO PODER

Justiça determina cassação e inelegibilidade do prefeito de Juazeiro do Norte, Glêdson Bezerra. Na decisão, também é cassado o mandato do vice-prefeito, Tarso Magno. Prefeito disse que foi uma decisão em primeira instância e que vai recorrer no exercício do mandato

Igor Cavalcante igor.cavalcante@svm.com.br



O prefeito e o vice prometem recorrer da condenação

Prefeito cassado

A Justiça Eleitoral determinou a cassação dos mandatos do prefeito de Juazeiro do Norte, Glêdson Bezerra (Podemos), e do vice-prefeito, Tarso Magno (Podemos). Eles foram condenados pelo juiz Gustavo Henrique Cardoso Cavalcante, da 28ª Zona Eleitoral do Ceará, por abuso de poder político nas eleições do ano passado. A decisão, proferida nessa segunda-feira (30), também torna o prefeito inelegível por oito anos. Ao Diário do Nordeste, o prefeito disse que irá recorrer da decisão.

Conforme a acusação feita pela coligação derrotada na cidade, encabeçada pelo deputado estadual Fernando Santana (PT), a gestão de Juazeiro do Norte, sob comando de Glêdson, teria realizado um aumento sem justificativa dos gastos com a aquisição de aparelhos auditivos, óculos e cestas básicas durante o ano eleitoral. Para o magistrado que analisou o caso, a conduta teve "comprovada finalidade eleitoreira, causando vultoso impacto positivo e ilegítima visibilidade da candidatura dos investigados".

Para o juiz, isso gerou um "sentimento de gratidão junto aos eleitores de baixa renda do município, repercutindo, ainda, na violação da isonomia em face aos demais candidatos e na lisura do pleito". No julgamento, o juiz ainda rejeitou duas outras acusações contra o mandatário.

A primeira tratava sobre o uso de uma aeronave sem o devido registro na respectiva prestação de contas. A outra acusava Glêdson de abuso de poder político por conta de um aumento nos gastos com próteses dentárias.

Nos autos, a defesa do prefeito alegou que, no caso do uso da aeronave, o custo do voo foi pago pelo partido, portanto, o valor deve aparecer na prestação de contas anual do Podemos. Sobre o aumento de gastos com equipamentos



FOTO: DIVULGAÇÃO/CAMPANHA GLÊDSON BEZERRA 2024

para programas sociais, Glêdson disse que adquiriu apenas materiais fundamentais para prestação de serviços públicos essenciais.

Em relação ao aumento na distribuição de óculos e lentes, ele alegou que isso ocorreu devido a uma demanda reprimida e um mutirão de consultas oftalmológicas. No caso das próteses dentárias, apontou um aumento da demanda de pacientes na rede municipal.

Sobre os aparelhos auditivos, Glêdson argumentou que não houve incremento e que notas fiscais pagas no período eleitoral se referiam a empenhos anteriores. Sobre o aumento na concessão de cestas básicas, os réus alegaram que o aumento verificado no período se deveu à alta nacional de preços.

Em nota enviada ao Diário do Nordeste, Glêdson Bezerra disse ter recebido com "tristeza, mas serenidade", a decisão da Justiça. "Tenho plena consciência da responsabilidade que assumimos diante da população e, por isso mesmo, reafirmo que recorreremos da decisão em segunda instância, com a confiança de que a verdade prevalecerá". Ele ressaltou que, como foi uma decisão de primeira instância, segue exercendo o mandato.

Em nota enviada ao Diário do Nordeste, Glêdson Bezerra disse ter recebido com "tristeza, mas serenidade", a decisão da Justiça

Sobre os aparelhos auditivos, Glêdson argumentou que não houve incremento e que notas fiscais pagas no período eleitoral se referiam a empenhos anteriores

"Neste momento, seguimos no exercício pleno de nossos mandatos, tanto eu quanto o vice-prefeito Tarso Magno, com a consciência tranquila de quem sempre atuou com seriedade, responsabilidade e absoluto respeito à legalidade. Acreditamos na Justiça e manteremos nosso trabalho em prol da cidade de Juazeiro do Norte, com a certeza de que não temos nada a temer. Seguiremos firmes, ao lado da população, dedicando nossos esforços para honrar a confiança que nos foi depositada nas urnas".

Na última sexta-feira (27), o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) rejeitou, por unanimidade, com um placar de 7 votos a 0, outra ação que pedia a cassação de Glêdson Bezerra e Tarso Magno.

A petição acusava o prefeito de, no exercício do mandato, ter concedido vantagens a servidores públicos municipais no período eleitoral, o que seria vedado por lei.

Entre as medidas, estava o anúncio de implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) para 398 professores. Segundo a acusação, a prática configurou abuso de poder político e conduta vedada. A defesa do prefeito, entretanto, negou as acusações. Em primeira instância, a ação foi julgada improcedente, mantendo regular os mandatos do prefeito e do vice em Juazeiro do Norte.

Pedido rejeitado

No último dia 27, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) decidiu rejeitar por unanimidade, com um placar de 7 votos a 0, a ação que buscava a cassação do prefeito de Juazeiro do Norte, Gledson Bezerra (Podemos), e de seu vice-prefeito, Tarso Magno.

A decisão do pleno do Tribunal mantém a regularidade dos mandatos dos gestores, confirmando o resultado da primeira instância.

Os gestores eram acusados de abuso de poder político e econômico durante as últimas eleições.

A ação foi protocolada pela Coligação "FÉ, UNIÃO E TRABALHO", que incluía a Federação Brasil da Esperança (PT/PC do B/PV) e era representada na eleição pelo deputado estadual Fernando Santana (PT), que ficou em segundo lugar no pleito.

Em primeira instância, a ação já havia sido julgada improcedente, mantendo os mandatos do prefeito e do vice em Juazeiro do Norte. No entanto, a coligação adversária recorreu da decisão, levando o caso ao TRE-CE para análise do pleno.

Bastidores

O julgamento, desde o início da semana, movimentava os bastidores da política cearense, uma vez que representava mais um embate entre a base do governo e a oposição no Ceará.

Gledson Bezerra é um opositor do grupo governista, e seu adversário nas urnas, Fernando Santana, é próximo do ministro da Educação, Camilo Santana (PT), que possui forte base eleitoral no Cariri.

Com a rejeição unânime da ação pelo TRE-CE, o prefeito Gledson Bezerra e o vice Tarso Magno têm seus mandatos confirmados, encerrando este capítulo do embate jurídico e político em Juazeiro do Norte e consolidando a decisão de primeira instância.

Eufrázio

PONTO PODER

Elmano critica postura do Congresso Nacional em votação contra decretos do IOF. Na base do governador, 12 deputados federais votaram contra medida do presidente Lula



FOTO: DAVI ROCHA

Governador ainda aconselhou o governo federal a ver como será possível "sentar e conversar" com os parlamentares

Inácio Aguiar inacio.aguiar@svm.com.br

Críticas ao Congresso

O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), comentou a derrota do governo do presidente Lula no Congresso Nacional, que derrubou os decretos de aumento do IOF. Embora não tenha citado diretamente os parlamentares cearenses, Elmano demonstrou desconforto com a votação e apontou divergências entre a postura de parte do Legislativo e a visão do seu partido. "Eles pensam diferente do PT. A nossa visão é de que quem tem mais, os milionários, deve pagar mais impostos, e quem tem menos deve pagar menos ou não pagar", declarou o governador, em evento do PT em Crateús, no último sábado (28).

Na avaliação do PT, os parlamentares que votaram contra as medidas protegeram os mais ricos. Esta foi a maior derrota do presidente Lula no Congresso Nacional, neste terceiro mandato.

Na avaliação do PT, os parlamentares que votaram contra as medidas protegeram os mais ricos. Esta foi a maior derrota do presidente Lula no Congresso, neste mandato

Na entrevista coletiva do último sábado, Elmano ainda ampliou o tom das críticas ao afirmar que a maioria no Congresso adota uma lógica inversa à defendida pelos governos petistas.

"Eles acham que o governo não deve cobrar dos milionários, mas cortar da educação e da saúde dos brasileiros", disse, sinalizando o impacto da decisão legislativa nas contas públicas e nos serviços sociais.

Embora não tenha citado nomes, a declaração do governador acabou sendo uma crítica aos parlamentares aliados no Ceará que votaram contra os interesses do Planalto.

Na bancada cearense na Câmara, dos 22 deputados, 17 votaram contra os decretos de Lula. Destes, 12 integram a base de Elmano no Ceará. Entre os cearenses, apenas os petistas votaram com o governo: José Guimarães, Luizianne Lins e José Airton.

OPINIÃO

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho.” **Edson Queiroz**

CHARGE



IDEIAS



Governança corporativa

Claudinei Elias
Empresário

A governança corporativa desempenha um papel fundamental na construção da credibilidade e confiança de uma empresa, tanto com seus colaboradores, quanto com investidores, clientes, fornecedores e outros stakeholders. Trata-se de um conjunto de práticas que orientam a administração e o controle das instituições, garantindo uma gestão ética e transparente.

Já os riscos reputacionais referem-se ao potencial de um evento ou ações que possam prejudicar a imagem e a credibilidade de uma marca, como escândalos financeiros, práticas antiéticas, falhas em produtos ou serviços, entre outros. A perda de reputação pode levar à fuga de clientes e investidores, além de causar danos de longo prazo, como a dificuldade de recuperar a confiança do mercado.

Uma governança corporativa sólida atua como uma das principais ferramentas na prevenção e mitigação de riscos reputacionais. Por isso, é imprescindível adotar algumas práticas: comunicação clara e transparente: Uma governança bem estruturada permite que a empresa tenha o controle sobre a narrativa em tempos de crise, divulgando informações relevantes de forma clara evitando interpretações equivocadas; Comitês especializados em gestão de riscos e auditoria: A criação desses comitês assegura que a empresa tenha processos estruturados para identificar e tratar questões que possam afetar sua reputação antes que se tornem crises de imagem; código de ética robusto e práticas de compliance: A implementação de um código de ética robusto e de práticas de compliance cria um ambiente de trabalho onde ações antiéticas ou ilegais são minimizadas, o que aumenta a confiança do público e reduz a probabilidade de envolvimento em escândalos; engajamento em responsabilidade social e sustentabilidade: Empresas com governança sólida frequentemente estão engajadas em práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. A adoção de valores como respeito aos direitos humanos, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade social fortalece a reputação da empresa e a torna mais resiliente a críticas e crises relacionadas a questões éticas.

Uma governança corporativa sólida atua como uma das principais ferramentas na prevenção e mitigação de riscos reputacionais

Ou seja, a gestão proativa de riscos é eficaz para proteger a empresa contra danos reputacionais. Isso envolve a identificação de riscos em potencial, o desenvolvimento de estratégias para mitigá-los e a implementação de planos de contingência para lidar com eventos imprevistos. Ao adotar essas práticas, as empresas podem reduzir significativamente o impacto de crises e proteger sua imagem a longo prazo.



Agilidade e menos burocracia

Gregório José
Jornalista

Em tempos em que a confiança pública nos serviços — e, por extensão, no próprio Estado — parece cada vez mais tênue, uma inovação discreta, mas robusta, começa a se consolidar como símbolo de eficiência e modernidade institucional: a Autorização Eletrônica de Viagem (AEV) para crianças e adolescentes.

Não é uma revolução tecnológica de impacto hollywoodiano. Tampouco virou manchete de destaque nos grandes jornais. Mas deveria. Trata-se de um exemplo clássico de como o uso inteligente da tecnologia, aliado a uma estrutura jurídica confiável — neste caso, o sistema notarial brasileiro — pode devolver ao cidadão algo que parece escasso no Brasil: agilidade com segurança.

Durante décadas, pais que precisavam autorizar viagens de seus filhos menores enfrentavam filas em cartórios, reconhecimentos de firma, papeladas físicas e prazos pouco amigáveis. Em pleno século XXI, com celulares que desbloqueiam por reconhecimento facial e transações bancárias feitas com um toque, a burocracia da autorização física era um anacronismo. A AEV digital rompe com esse atraso.

Agora, com poucos cliques e uma videoconferência com o tabelião, o documento chega ao celular — com validade jurídica plena — em minutos. Não há perda de segurança: há ganho de rastreabilidade, controle e conformidade com normas nacionais e internacionais. É um salto qualitativo que coloca o cidadão no centro do processo, não como suplicante, mas como usuário de um serviço moderno.

Agora, com poucos cliques e uma videoconferência com o tabelião, o documento chega ao celular — com validade jurídica plena — em minutos

Este avanço, que já mostra crescimento expressivo em Minas Gerais e tende a se expandir para todo o país, é mais do que uma conveniência. É um reflexo de maturidade institucional. A digitalização dos serviços notariais mostra que, sim, o Brasil é capaz de modernizar-se com responsabilidade, respeitando a legislação e protegendo os direitos dos menores — ao mesmo tempo em que respeita o tempo dos pais. Com o recesso escolar de julho batendo à porta e milhares de famílias planejando viagens, a AEV eletrônica não é apenas bem-vinda — é necessária. Mostra que, quando há vontade política, técnica e institucional, é possível sair da retórica e entregar soluções reais.

Que este seja apenas um dos muitos exemplos de como o serviço público pode funcionar de forma eficiente e confiável, como deve ser em uma democracia madura.

Diário do Nordeste

Diário do Nordeste
Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz – Bairro: Dionísio Torres – Fortaleza, CE – CEP 60135-690

Superintendente do Sistema Verdes Mares: **Ruy do Ceará**; Diretor de Jornalismo e Esporte: **Gustavo Bortoli**; Gerente de Jornalismo Diário do Nordeste: **Ívila Bessa**; Gerente de Audiovisual: **André Melo**; Gerente de Esporte: **Gustavo de Negreiros**; Gerente de Projetos Especiais: **Ildefonso Rodrigues**; Supervisor da edição em PDF do Diário do Nordeste: **Fernando Maia**; Repórter: **Ideídes Guedes**; Diagramação: **Lincoln Souza e Louise Anne Dutra**. Telefones – Geral **(085) 3266-9999,** Assinaturas e Atendimento ao Assinante: **4001-9191** Programação Comercial: **3266-9148** — As opiniões assinadas não refletem, obrigatoriamente, o pensamento do jornal.

Diário

DESTAQUES DA WEB

Ruas com aluguel mais caro em Fortaleza

Do Top 10, três ruas ficam no Meireles, duas no Cocó, duas na Aldeota e as demais no Mucuripe, Dionísio Torres e Engenheiro Luciano Cavalcante



Em meio à inflação do aluguel em Fortaleza, alguns pontos da cidade estão se notabilizando pelos altos preços. Estudo do DataZap, do Grupo OLX, realizado com exclusividade para o Diário do Nordeste, listou as 10 ruas com o metro quadrado médio de locação mais caro. Na primeira colocação, nenhuma surpresa. A Avenida Beira-Mar, com seus trechos do bairro Meireles, aparece com o metro quadrado médio de R$ 86. Na prática, isso significa que a locação de um apartamento de 100 m2 na avenida fica por R$ 8.600, em média. Já a segunda posição pode parecer menos previsível. Trata-se da Av. dos Flamboyants, localizada no Bairro Cocó, cujo valor do m2 de locação é de R$ 75, segundo a pesquisa. Levantamento considera os preços médios obtidos a partir de anúncios.

Reajuste de mais de 100%

Passagem de ônibus em Juazeiro do Norte deve aumentar para R$ 6,23; reajuste passa de 107%



A passagem de ônibus em Juazeiro do Norte, município do Cariri cearense, deve aumentar de R$ 3 para R$ 6,23, segundo anunciou nesta segunda-feira (30) a empresa Viametro, concessionária do serviço municipal. O reajuste é de mais de 107% e gerou polêmica entre moradores da cidade e usuários do transporte coletivo. Além do aumento, houve mudança de linhas. Deixarão de circular dois itinerários: Centro-João Cabral e Centro-Horto, a partir desta terça-feira (1º).

Centro de Diagnóstico

Com 28 mil à espera de laudo, Fortaleza terá Centro de Diagnóstico para neurodivergências



Obter o laudo correto de um transtorno de desenvolvimento ou deficiência é o primeiro passo para ter acesso a direitos básicos. Contudo, Fortaleza tem, hoje, cerca de 28 mil crianças e adolescentes aguardando diagnóstico, de acordo com a primeira-dama de Fortaleza, Cristiane Leitão. Para dar vazão à demanda, um novo Centro de Diagnóstico Girassol, destinado a crianças e adolescentes, deve ser inaugurado até agosto. Cristiane e o prefeito Evandro Leitão visitaram as obras ontem

Nova autópsia

Família de Juliana Marins solicita nova autópsia do corpo da turista no Brasi

A família da brasileira Juliana Marins revelou, ontem (30), que solicitou que o corpo da jovem seja submetido a uma nova autópsia — exame que investiga circunstâncias e causas da morte. A jovem, de 26 anos, foi encontrada sem vida, na semana passada, após cair e deslizar num penhasco enquanto realizava uma trilha próximo ao vulcão Rinjani, na Indonésia. O corpo da brasileira foi submetido a uma autópsia na última quinta-feira (26).



Treinador demitido

Botafogo demite técnico Renato Paiva após eliminação para o Palmeiras no Mundial

O Botafogo informou na madrugada de ontem (30) a demissão do técnico Renato Paiva, após eliminação para o Palmeiras nas oitavas de final do Super Mundial de Clubes 2025, em partida disputada no último sábado (28) e vencida pelo time paulista. "A decisão foi comunicada ao profissional na noite deste domingo (29)", disse o clube em nota oficial, em que também agradeceu Renato Paiva e seus auxiliares "pelos serviços prestados ao Glorioso nos últimos meses".



PAÍS

Diário



FOTO: PF/DIVULGAÇÃO

As diretrizes da Portaria nº 961 se aplicam às forças federais

Ministério da Justiça regulamenta uso de IA em investigações criminais. Norma é inédita para uso intelgiência artificial na segurança pública. A iniciativa busca modernizar a atuação das forças de segurança brasileiras

pais@svm.com.brs

Uso de IA na segurança pública

O Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou, nesta segunda-feira (30), no Diário Oficial da União, uma portaria na qual autoriza servidores dos órgãos de segurança pública a empregarem modernas ferramentas tecnológicas de informação, incluindo soluções de inteligência artificial (IA), em investigações criminais.

As diretrizes da Portaria nº 961 se aplicam às forças federais (ou seja, às polícias Federal (PF), Rodoviária Federal (PRF), Penal Federal e Penal Nacional e Força Nacional de Segurança Pública), e também aos órgãos estaduais, distritais e municipais que recebem recursos dos fundos nacionais de Segurança Pública (FNSP) e Penitenciário (FPN).

A regulamentação também alcança o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), além das secretarias nacionais de Segurança Pública (Senasp) e de Políticas Penais (Senappen), ambas do ministério.

Em nota, a pasta informou que a iniciativa "busca modernizar a atuação das forças de segurança brasileiras, sem abrir mão da proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos". O próprio texto da portaria justifica que a razão de ser da norma é assegurar "a legalidade, a adequação, a necessidade e a proporcionalidade como condições do uso de sistemas de tecnologia da informação nas atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública que possam gerar riscos à privacidade e a outros direitos fundamentais". Além de poderem ser usados em investigações criminais, as ferramentas poderão ser empregadas para reforçar a segurança de estabelecimentos prisionais, seja para detectar, localizar e permitir o bloqueio do sinal de dispositivos móveis de telecomunicações (celulares, smartphones, tablets etc), seja para acessar informações armazenadas nestes mesmos aparelhos, quando apreendidos., , seja para detectar, localizar e permitir o bloqueio do sinal de dispositivos móveis de telecomunicações (celulares, smartphones, tablets etc), seja para acessar informações armazenadas nestes mesmos aparelhos, quando apreendidos.

As ferramentas poderão ser empregadas para reforçar a segurança de estabelecimentos prisionais

Dados sigilosos

Contudo, os órgãos de segurança pública só poderão utilizar as soluções de tecnologia da informação para a obtenção de dados sigilosos com autorização judicial, para fins de investigação criminal e de instrução processual.

E, "sempre que tecnicamente viável", deverão ser descartados os dados sigilosos das pessoas que não tiverem relação com os fatos investigados, bem como os obtidos fora do período autorizado pela Justiça. Informações encontradas de forma fortuita, que possam constituir crime e extrapolem a autorização inicial, deverão ser comunicadas ao juízo competente para eventual continuidade das investigações.

O uso de soluções de inteligência artificial deverá ser "proporcional, observar o dever de prevenção de riscos e as leis aplicáveis à espécie".

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

Eufrázio



NEGÓCIOS

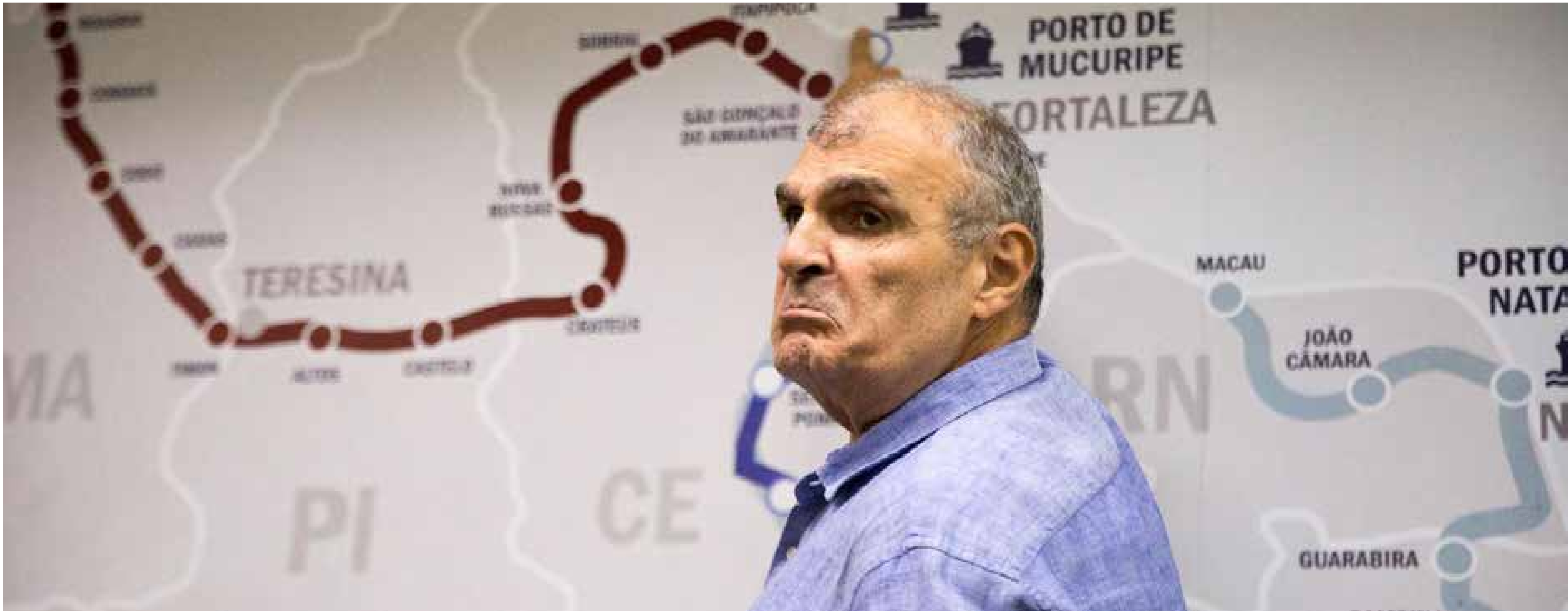


FOTO: KID JR / SVM

Ferrovia Transnordestina deve ganhar vários portos secos

Transnordestina deve ganhar pelo menos cinco portos secos

Ferrovia terá infraestruturas adaptadas para grande volume de cargas variadas no interior do Nordeste

Luciano Rodrigues luciano.rodrigues@svm.com.br

Portos secos

A Transnordestina Logística S.A. (TLSA) estuda a construção de terminais para carga e descarga no caminho da Ferrovia Transnordestina nos estados de Piauí, Pernambuco e Ceará. A tendência é de que pelo menos cinco portos secos sejam construídos ao longo da linha férrea.

Esses detalhes foram repassados em entrevista ao Diário do Nordeste por Tufi Daher Filho, presidente da Transnordestina Logística S.A. (TLSA), companhia responsável pela construção da ferrovia. Cinco infraestruturas denominadas de portos secos estão em análise para serem construídas na região.

Vamos ter um (porto) lá no Piauí em Eliseu Martins. Vamos ter um grande terminal nosso próprio lá. Além do Pecém, vamos ter muito provavelmente em Trindade (PE), por causa do polo gesseiro. Estamos avaliando Missão Velha e Salgueiro (PE), uma delas para se ter um, e provavelmente entre o Porto do Pecém e Iguatu, a gente deve ter mais um, ainda não sabemos em qual será o local. Serão da TLSA.

Um porto seco tem a mesma estrutura existente em portos marítimos (a exemplo do Pecém) e fluviais (como o de Manaus), incluindo operação alfandegária e incentivos fiscais. Em vez de estar ligado a um modal aquático, como embarcações, está instalado dentro do continente, completamente cercado por terra. Em geral, está associado com modais rodoviários e/ou ferroviários.

Um desses portos secos já foi anunciado. Será em Quixeramobim, no sertão central cearense, com investimento que pode chegar próximo de R$ 1 bilhão e está sendo construído pela Value Global Group, empresa responsável pelo projeto, e que deve ser concluído até 2027. Conforme informações do Governo do Ceará, o empreendimento deve ocupar uma área de 360 hectares e chegar a R$ 300 milhões de faturamento anual, gerando mais de 1,3 mil empregos diretos e indiretos.

Um desses portos secos já foi anunciado. Será em Quixeramobim, no sertão central cearense, com investimento que pode chegar a R$ 1 bilhão

O governo estadual também reforça que está em estudo um segundo porto seco no Estado, em Missão Velha, na mesma cidade onde a TLSA avalia um terminal próprio. Caberá à Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece) entender a viabilidade do empreendimento.

Tufi reafirmou o compromisso em colocar a Transnordestina para operar ainda em 2025, no fim do ano, em espécie de operação assistida.

Essa funcionalidade será feita entre estruturas chamadas pela TLSA de terminais intermodais, isto é, que funciona de forma similar a um porto seco, mas em tamanho menor e sem as funções alfandegárias e de incentivos fiscais. Um desses terminais será da própria empresa, em Bela Vista do Piauí (PI).

Já o outro ficará em Iguatu, no Centro-Sul do Ceará, mas segundo Tufi Daher, a estrutura que está sendo construída na cidade cearense "é privada" e não pertence à TLSA.

Bacia leiteira

"Iguatu vai ser, na nossa visão, a primeira estrutura intermodal para o transporte de grãos que vai sair do Piauí. Vai chegar em Iguatu para abastecer toda aquela bacia leiteira, aquelas granjas da região. Estamos com bastante segurança de que, no final deste ano, a gente começa a fazer os primeiros transportes. Não são grandes volumes, não pode se comparar com volume para exportação, mas começa em fase de comissionamento a funcionar a Transnordestina", explicou.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

Fortaleza é a terceira capital do país com mais beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Cidade é a principal do Nordeste em número de contemplados

negocios@svm.com.br

Liderança no NE

FOTO: JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



BPC é um benefício concedido pelo INSS

De cada 20 cidadãos de Fortaleza, um recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os dados de abril de 2025 apontam que a capital cearense é a terceira do País, apenas atrás de São Paulo e Rio de Janeiro, com maior número de beneficiários do País.

Dentre as cinco maiores capitais brasileiras, a cidade cearense é a que, proporcionalmente, tem o maior número de beneficiários, com 5,5% da população do município recebendo um salário mínimo (R$ 1.518), totalizando 134,8 mil habitantes.

No Ceará, a cidade de Fortaleza é disparada a que tem o maior número de beneficiários do BPC no território cearense. Na sequência, Juazeiro do Norte (17,3 mil) e Caucaia (16,1 mil) completam o top-3. Foram destinados para o Estado, até o momento, R$ 623,8 milhões para os mais de 410 mil beneficiários.

Na última quarta-feira (25), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a alteração nas regras para a concessão e manutenção do BPC. De acordo com o Governo Federal, a mudança é uma tentativa de tornar os critérios de elegibilidade mais claros e acessíveis.

Para especialistas ouvidos pelo Diário do Nordeste, as remodelações nas regras do benefício mostram ser preciso ter cautela para a expansão de programas sociais, uma vez que, nos últimos dois anos, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, aumentou em mais de 50% o número de beneficiários.

O professor João Mário de França, da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (Caen/UFC) analisa as alterações feitas nas normas do benefício de modo a enxergar o aumento do número de beneficiários. Atualmente, quem recebe o BPC ganha, mensalmente, um salário mínimo. "A tendência é de que ocorra uma nova aceleração do número de beneficiários no Brasil todo, e no Ceará, mais especificamente por se tratar do estado com o segundo pior rendimento domiciliar per capita da federação e ainda conviver com elevadas taxas de pobreza e extrema pobreza", explica.

No Ceará, a cidade de Fortaleza é disparada a que tem o maior número de beneficiários do BPC no território cearense

Segundo ele, a expansão no número de beneficiários já está ocorrendo, e naturalmente tem repercussões sobre as finanças públicas "em um momento grave de muita incerteza na área fiscal que o Governo Federal enfrenta", pondera.

Esse é justamente o principal desafio elencado pelo professor da UFC. Para ele, essa expansão do BPC coloca em xeque "a sustentabilidade financeira do programa".

Com a expectativa de aumento no número de beneficiários e considerando que o valor do benefício corresponde a um salário mínimo, a projeção é de que o custo da iniciativa suba de R$ 133,4 bilhões em 2026 para R$ 1,5 trilhão até 2060 — um crescimento de 11 vezes no período.

Reajustes salariais

"A recente explosão no número de beneficiários, combinada com os reajustes salariais e outros benefícios vinculados ao BPC, sugere que o programa pode enfrentar desafios de sustentabilidade nos próximos anos, a menos que reformas rápidas sejam implementadas. O BPC é um programa essencial para a proteção social no Brasil, desde que focalizado, e sua continuidade é importante no combate à pobreza e desigualdade", defende.

Para o diretor da FGV Social, Marcelo Néri, essas mudanças devem inchar ainda mais a fatia da população brasileira apta a receber o benefício, gerando complicações ainda maiores para as finanças públicas.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

Eufrázio

NEGÓCIOS

‘Tudo em Dia’: Caixa oferece até 90% de desconto em dívidas renegociadas

negocios@svm.com.br



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

As condições especiais de renegociação valem para contratos em atraso e estão disponíveis em diversos canais de atendimento

Negócio vantajoso

Clientes da Caixa Econômica Federal têm a oportunidade de quitar dívidas com até 90% de desconto por meio da campanha Tudo em Dia 2025, lançada pelo banco nesta semana. A ação tem como objetivo facilitar a regularização financeira de quase 6 milhões de pessoas, incluindo pessoas físicas e jurídicas.

Segundo a instituição, mais de 85% dos devedores poderão liquidar seus débitos pagando até R$ 2 mil. As condições especiais de renegociação valem para contratos em atraso e estão disponíveis em diversos canais de atendimento.

Os interessados podem acessar os serviços pelo site oficial da campanha, aplicativo Cartões Caixa e também via WhatsApp. Para quem preferir o atendimento presencial, é possível procurar agências da Caixa, além de casas lotéricas, desde que o valor negociado não ultrapasse R$ 5 mil.

Durante o período de vigência da campanha, o caminhão Tudo em Dia Caixa percorrerá diversas cidades brasileiras, oferecendo atendimento em locais públicos e de fácil acesso, como praças e centros comerciais.

Após a quitação dos débitos, o nome do cliente será retirado dos cadastros de inadimplentes no prazo máximo de cinco dias úteis, conforme informou o banco.

Além da campanha principal, a Caixa informou que clientes com contratos comerciais fora da iniciativa também terão alternativas para renegociar dívidas, incluindo parcelamentos em até 120 meses, acordos de cartões de crédito e parcelamento de faturas.

Dívidas habitacionais também poderão ser negociadas com condições especiais. Os clientes poderão usar o saldo do FGTS para abater até 80% da prestação mensal, inclusive em casos de atraso de até seis parcelas. Outras opções incluem incorporação de encargos e pausas nos pagamentos, a depender do tipo de contrato.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

As condições especiais de renegociação valem para contratos em atraso e estão disponíveis em diversos canais de atendimento

EGIDIO SERPA

egidio.serpa@svm.com.br



DE 2020 A 2024, A CRISE É A MESMA

Começa hoje o segundo semestre de um ano que está passando na velocidade do som. Julho se inicia com as mesmas preocupações de junho, que são as mesmas de todos os 12 meses de 2020, em cujo dia 31 de dezembro o presidente do Sindicato da Indústria de Mármores e Granitos do Ceará (Simagran), Carlos Rubens Alencar, diante do crescimento dos juros e do principal da dívida pública, advertiu por meio desta coluna – uma advertência que está atualizadíssima: “Nos últimos anos, pouca coisa mudou. Na realidade temos uma sociedade extremamente desigual, e isto depõe contra a minha geração. Acredito que o modelo vigente, que privilegia o sistema financeiro em detrimento de quem produz, está esgotado”. Despejando no lixo qualquer intenção de dourar a pílula da crise, Alencar engatou a sexta marcha e pisou fundo no acelerador da crítica, e, naquele tempo, disse aos seus colegas empresários industriais:

“O País necessita de voltar a ter condições de investir, mas isto não será possível apenas com rearranjos paliativos do sistema tributário e fiscal, pois não há mais de onde tirar.

Os serviços públicos prestados à sociedade pelo estado brasileiro são muito deficientes e as equalizações que têm de ser feitas são no campo burocrático, onde o espaço de ganhos é mínimo. Alterações profundas teriam de envolver a questão da dívida”.

Ontem, 30 de junho de 2024, Carlos Rubens Alencar, manteve seu discurso, dizendo, em mensagem transmitida à coluna: “É na dívida que se localiza o grande pacto político e social a ser construído no País. Fora disto, continuaremos a ter a sociedade que temos hoje, cuja resultante mais visível é o aumento da violência, expressão cristalina do fracasso humano”. Hoje, Rubens Alencar tem a mesma opinião de 10 em cada 10 dos seus colegas economistas: o Brasil exige reformas estruturantes, entre elas a Política, que é a mãe de todas as reformas (regime democrático com mais de 30 partidos leva ao caos), a Administrativa (o estado brasileiro é grande, gasta muito e gasta mal) e uma nova Reforma Previdenciária, cuja conta tem hoje, de novo, déficit crescente). Na mesma trilha de Carlos Rubens Alencar, chega a sugestão do leitor Edivan Batista Carvalho, para quem o necessário ajuste fiscal terá de incluir 13 providências, entre as quais as que se seguem: 1) reduzir, anualmente, 5% do total de desonerações, benefícios, incentivos e isenções fiscais (R$860bi em 2025) e não renovar nem prorrogar essas elisões até zerar o valor atual em 20 anos; 2) cruzar o CPF de beneficiários do Bolsa Família e BPC com as Chaves Pix que movimentam R$ 5mil mensais para apurar possíveis irregularidades e cancelar benefícios indevidos; 3) reduzir a quantidade de viagens de servidores federais e utilizar ao máximo ferramentas que permitem reuniões virtuais; 5) reduzir, anualmente, 5% do total das emendas parlamentares (R$ 60 bilhões em 2025), durante cinco anos; 5) reduzir em 50% o volume dos recursos destinados aos Fundos Partidário e Eleitoral; 6) abolir recessos por dois meses para juízes, promotores e serventuários, os quais devem ter férias de 30 dias anuais, não coletivas, conforme escalas; 7) estabelecer o limite de 5% do PIB para amortização e juros da dívida pública. Os contribuintes – sejam eles Pessoas Físicas ou Jurídicas -- já conhecem, de cor e saltado, a causa da crise fiscal que castiga o governo e suas contas.

E, também, a sua solução. Resta, agora, como sabiamente aconselhou Garrincha em 1958, combinar com os russos que estão nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cujas despesas se elevam na mesma velocidade com que passa este ano. Como aconselha o leitor Edivan Batista, o governo tem onde cortar sem causar problemas na sua relação com o Parlamento e com o Judiciário.

As renúncias fiscais são uma correta e boa saída para que se alcance o equilíbrio orçamentário. Toda a prioridade, agora, deve ser o ajuste fiscal, sem o que a dívida explodirá com efeitos deletérios para toda a sociedade, principalmente para seus estratos mais pobres.

Montenegro Leilões DESDE 1984 ONLINE E PRESENCIAL

FERNANDO MONTENEGRO CASTELO (JUCEC 01/1984), DANIELA DE SOUZA CASTELO (JUCEC 023/2012), GEORGIA DE SOUZA CASTELO (JUCEC 024/2016) E JOÃO PAULO FERREIRA (JUCEC 039/2021), DECLARAM QUE NOS DIAS **(10/07, 18/07, 22/07, 25/07 e 29/07)** SERÃO REALIZADOS LEILÕES DE **COMITENTES DIVERSOS.**

LEILÕES PRESENCIAL e ONLINE	LEILÃO ONLINE	LEILÃO ONLINE	LEILÃO ONLINE	LEILÃO ONLINE
10/07/2025 quinta-feira - 10h	18/07/2025 sexta-feira - 10h	22/07/2025 terça-feira - 10h	25/07/2025 sexta-feira - 10h	29/07/2025 terça-feira - 10h



DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO CEARÁ

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90015/2025 (UASG 257033)
Em 30 de Junho de 2025

Processo nº: 25044.001098/2024-12. Objeto: **Contratação de empresa especializada na limpeza e conservação de Unidades Básicas de Saúde Indígena do DSEI/CE, com disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva e materiais.** Edital à disposição: 01/07/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Entrega das propostas: a partir de 01/07/2025. Endereço: Av. Pontes Vieira, 832 - Bairro São João do Tauape - Fortaleza/CE ou pelo portal https://www.gov.br/compras. **Sessão pública de abertura das Propostas: 18/07/2025 às 09h00** (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).

ALBERTO SALES BARBOSA
Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação

SINTONIZE
92.5
RÁDIO FM
VERDINHA

Eufrázio

Diário

JOGADA



Lima, ex-Ceará, comemora com Hércules, ex-Fortaleza o segundo gol do Flu

FOTO: BUDA MENDES / GETTY IMAGES NORTH AMERICA / GETTY IMAGES VIA AFP

Com gol de Hércules, ex-Fortaleza, Fluminense vence a Internazionale e avança às quartas do Mundial. Equipes se enfrentaram nesta segunda-feira, nos Estados Unidos

jogada@svm.com.br

Tricolor soberano

O Fluminense venceu a Inter por 2 a 0 nesta segunda-feira (30), em Charlotte, em jogo das oitavas de final da Copa do Mundo de Clubes. Germán Cano abriu o placar aos dois minutos. Em seguida, foi a vez de Hércules, ex-Fortaleza, confirmar a vitória do Tricolor carioca ao marcar o segundo. Com o resultado, a equipe avança às quartas da competição. É o segundo brasileiro a conquistar vaga na próxima fase do torneio da Fifa.

No primeiro tempo, a equipe brasileira abriu o placar com Germán Cano logo aos dois minutos. Após jogada de Martinelli pela direita, ele cruzou, a bola desviou em Bastoni e o camisa 9 completou para deixar o Fluminense na vantagem. Samuel Xavier quase ampliou em seguida. Ignácio ainda marcou, mas a arbitragem deu impedimento. A Inter ainda teve uma chance com Dimarco, porém esbarrou na defesa de Fábio.

Hércules, que chegou ao Fluminense nesta temporada, entrou aos 15 minutos do segundo tempo para substituir Nonato. O gol veio aos 35 minutos. Após cobrança de lateral de Samuel Xavier, De Vrij corta mal de cabeça. A bola passa e chega para Hércules, que domina e avança para chutar e confirmar a vitória do time das Laranjeiras.

O Fluminense volta a campo no dia 4 de julho, sexta-feira, quando enfrenta o vencedor de Manchester City ou Al-Hilal. Confira o resultado deste jogo em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br. O próximo duelo será no Camping World Stadium.

No primeiro tempo, a equipe brasileira abriu o placar com Germán Cano logo aos dois minutos

A classificação rendeu ao Fluminense mais 13,1 milhões de dólares (R$ 72,1 milhões) em premiação, totalizando R$ 220,6 milhões só neste torneio. Esse é o maior valor recebido em prêmios esportivos em uma única temporada, superando 2023, quando o clube conquistou a Conmebol Libertadores 2023, ficou em 7º no Brasileirão, caiu nas oitavas da Copa do Brasil e foi vice-campeão do Mundial e somou R$ 194 milhões.

O clube já havia garantido 15,2 milhões de dólares (R$ 84,5 milhões) pela participação na fase de grupos do torneio. Além disso, conquistou 2 milhões (R$ 11,1 milhões) pela vitória sobre Ulsan; outros 2 milhões (R$ 11,1 milhões) pelos empates com o Borussia e Mamelodi Sundowns; e mais 7,5 milhões (R$ 41,3 milhões) pela classificação para as oitavas de final.

TOM BARROS
tom.barros@svm.com.br



PESADELO E TORMENTO DIANTE DOS ALEMÃES

Não há como esquecer a goleada (1 x 7) sofrida pelo Brasil na Copa do Mundo de 2014. Aos 29 minutos do primeiro tempo, a Alemanha já estava vencendo por 5 a 0. Agora, na Copa do Mundo de Clubes, quando com 10 minutos de jogo o Bayern de Munique estava ganhando do Flamengo por 2 a 0, veio o medo de um novo desmoronar.

O Flamengo reagiu. Mas não o suficiente. Os alemães e seus canhões, como diz Chico Buarque de Holanda na música "João e Maria", conseguiram marcar 4 x 2, mandando o Flamengo de volta para casa. Foi menos vergonhoso. Mas levou o cronista a uma reflexão: até quando vamos sucumbir assim diante dos alemães. A Alemanha tem quatro títulos mundiais, mas é a maior finalista de todas as seleções. Disputou mais finais de Copa do Mundo do que o Brasil. Os alemães foram oito vezes finalistas: 1954 (campeã), 1966 (vice) 1974 (campeã), 1982 (vice), 1986 (vice) 1990 (campeã), 2002 (vice) e 2014 (campeã).

A Seleção Brasileira chegou a sete finais: 1950 (vice), 1958 (campeã), 1962 (campeã), 1970 (campeã), 1994 (campeã), 1998 (vice) e 2002 (campeã). O Brasil, de sete, ganhou cinco. A Alemanha, de oito, ganhou quatro.

QUASE

No atual Mundial de Clubes, o Fluminense também encarou os alemães e seus canhões. Na fase de grupos, poderia ter conquistado uma bela vitória sobre o Borussia Dortmund, mas ficou no 0 a 0. O Fluminense foi melhor nos dois tempos. Desperdiçou incontáveis chances de gol. Novamente, precisamos aprender a ganhar dos alemães.

EFICIENTE

A Alemanha vem dando seu recado ao mundo desde 1954. Ganhou a Copa diante da poderosa e favorita seleção da Hungria, comandada por Puskás. Em 1974, ganhou a Copa diante da poderosa e favorita seleção da Holanda, a Laranja Mecânica, comandada pelo lendário Johan Cruijff. Os alemães são frios e eficientes.

HUMILHAÇÃO

Aqui no Brasil, na Copa de 2014, a Alemanha, além de ganhar o título mundial, humilhou a Seleção Brasileira. Foi o maior vexame da Canarinho em todos os tempos. A verdade é que passou a ser um tormento enfrentar a Alemanha. Pelo visto, ficou um complexo maior que o Maracanazo, de 1950.

OUTRO ASSUNTO

Meu pesar pela passagem de Luiz Vieira Vilanova, lateral-esquerdo campeão cearense pelo América em 1966 e bicampeão pernambucano pelo Santa Cruz em 1969/70. Após encerrar a carreira, foi excelente árbitro de futebol. Criou um estilo próprio de apitar, no qual a sensatez poderia estar acima das regras, o que falta nos dias de hoje.

SHOW

Vilanova jamais marcaria estes pênaltis que as regras de hoje admitem. Foi um homem bom, justo, excelente amigo e competente profissional. Convivi com ele, quando chegamos a jogar juntos no time amador do Banco Cearense. Saudade muita. Valeu Vila! Meus sentimentos à família e, de forma especial, ao seu filho César Magalhães.

JOGADA

Wimbledon: Bia Haddad e João Fonseca estreiam com vitória e avançam de fase

jogada@svm.com.br

Vitória brasileira

Beatriz Haddad estreou com vitória em Wimbledon 2025. Na manhã desta segunda-feira, a brasileira número 20 do ranking mundial derrotou a eslovaca Rebecca Sramkova, 34ª, por 2 a 0 (7/6 e 6/4). Na segunda rodada, Bia vai enfrentar a vencedora do confronto entre a britânica Harriet Dart e a húngara Dalma Gálfi. Em 2023, Bia fez a sua melhor campanha em Wimbledon, quando chegou até as oitavas de final. Em 2024, a brasileira caiu na primeira fase da competição. A sua primeira participação no Grand Slam inglês foi em 2017, quando perdeu no segundo jogo.

João Fonseca atingiu mais um marco em sua curta trajetória nesta segunda-feira (30). Em sua estreia na chave principal do torneio de Wimbledon, o tenista de 18 anos conquistou a primeira vitória da carreira na competição mais tradicional do circuito ao bater o britânico Jacob Fearnley, número 51 do mundo, por 3 sets a 0, parciais de 6/4, 6/1 e 7/6 (7/5). O brasileiro, atual 54º do ranking, avançou à segunda rodada do terceiro Grand Slam do ano e enfrentará agora o americano Jenson Brooksby, 101º na lista da ATP, na próxima quarta-feira (2).

Em 2023, Bia fez a sua melhor campanha em Wimbledon, quando chegou até as oitavas de final

Nervosos

- A vitória significa muito, é muito especial. Sempre foi meu Grand Slam favorito, desde a minha infância. Peço desculpas por ter vencido um britânico, mas obrigado pelo apoio, obrigado por respeitarem o tênis hoje. Jacob é um grande jogador e não vejo a hora de enfrentá-lo de novo - disse João. - Nós dois estávamos muito nervosos no início do jogo, nessa quadra linda. Estou muito feliz com essa oportunidade.



Na segunda rodada, Bia vai enfrentar a vencedora do confronto entre a britânica Harriet Dart e a húngara Dalma Gálfi

FOTO: ADRIAN DENNIS / AFP

Eufrázio

ÊTA MUNDO MELHOR!

A SUA NOVA NOVELA DAS 6 CHEGOU!

Só na TV Verdes Mares

